

PKS

PUBLIC
KNOWLEDGE
PROJECT

**REVISTA DE GEOGRAFIA
(UFPE)**

www.ufpe.br/revistageografia

OJS

OPEN
JOURNAL
SYSTEMS

O BNDES, O DESENVOLVIMENTO E O GRANDE CAPITAL NACIONAL: UMA ANÁLISE ESCALAR E TERRITORIAL

Carla Hirt¹

¹ *Geógrafa e doutoranda no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ. E-mail: carla_hirt@yahoo.com.br*

Artigo recebido em 14/01/2014 e aceito em 26/08/2014

RESUMO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é um banco estatal e tem se consolidado como um instrumento ativo da política interna e nos últimos anos da política externa brasileira. A partir desta instituição são liberados recursos relacionados à construção de obras de infraestrutura, com significativa importância no ordenamento territorial Sul-Americano e de alguns países africanos, bem como se relacionam com a transnacionalização de empresas brasileiras e com a formação de grandes conglomerados nacionais. Pretende-se entender a territorialidade do grande capital nacional através das ações do BNDES, de modo a compreender o lugar e o papel deste Banco no modelo de desenvolvimento promovido nos últimos 10 anos pelas alianças de classe que se encontram no poder.

Palavras-chaves: BNDS, capital, território.

BNDES, DEVELOPMENT AND THE GREAT NATIONAL CAPITAL: AN ANALYSIS SCALE AND TERRITORIAL

ABSTRACT

The National Bank for Economic and Social Development (BNDES) is a state bank and has been established as an active instrument of domestic policy and in recent years of Brazilian foreign policy. From this institution are released resources related to the construction of infrastructure works, with significant importance in the South American country planning and some African countries as well as relate to the transnationalization of Brazilian companies and the formation of large domestic conglomerates. The aim is to understand the territoriality of great national capital through the actions of BNDES, in order to understand the place and the role of the Bank's development model promoted in the last 10 years by the class alliances that are in power.

Keywords: BNDS, capital, territory.

INTRODUÇÃO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é um banco estatal brasileiro que se consolidou nos últimos anos como um instrumento ativo tanto da política interna quanto da política externa brasileira.

Criado em 20 de junho de 1952 pela Lei n.º 1.628 como uma Autarquia Federal, o BNDE (na época, sem o “S”) foi transformado em empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio (BNDES, 2004) em 1971. Contudo, os fundos que abastecem o capital de giro do banco não são necessariamente provenientes de investimentos privados. Os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) são um exemplo disso. As principais fontes de recursos do FAT são as contribuições para o Programa de Integração Social - PIS, criado em 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, instituído em 1970. Em junho de 1974 as arrecadações relativas aos referidos Programas passaram a figurar como fonte de recursos para o BNDES. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o art. Nº 239 definiu que os recursos provenientes das contribuições para o PIS e para o PASEP passariam a ser direcionados ao FAT - para o custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e, pelo menos 40% para o financiamento de programas de desenvolvimento econômico ao encargo do BNDES (BNDES, 2010).

A partir desta instituição estão sendo liberados vultuosos recursos para a construção de obras de infraestrutura - que tem significativa importância para o ordenamento territorial Latino Americano e de alguns países africanos - e para promover a transnacionalização de empresas brasileiras e a formação de grandes conglomerados empresariais. Trata-se de uma instituição emblemática para entendermos como e quais projetos de governo foram postos em prática desde a criação deste Banco. Desde sua criação, a perspectiva de desenvolvimento que guia a atuação do BNDES enquadra-se aos moldes de um projeto capitalista, ora com hegemonia de políticas desenvolvimentistas, ora com hegemonia neoliberalizante. O *Modus operandi* desta instituição garante a manutenção e fortalecimento de um padrão de poder que opera através da naturalização de hierarquias epistemológicas, culturais e territoriais (RESTREPO; ROJAS, 2010, p.15).

Os últimos 10 anos são os mais abordados neste trabalho. Após um período de supremacia neoliberal e relativo esvaziamento do Banco, o Governo brasileiro voltou a investir no BNDES e ele voltou a ter um papel estruturante na economia nacional. Foi

neste período que o Banco passou a intensificar os esforços para incentivar a inserção competitiva de empresas brasileiras no cenário internacional, aprovando, por exemplo, numerosos empréstimos para que outros países contratem empresas brasileiras para a execução de obras de infraestrutura em seus territórios, além da participação acionária.

Diante da breve apresentação da complexidade que envolve a atuação do BNDES, a abordagem escolhida para discutir as dinâmicas envolvidas é a análise das repercussões territoriais das ações executadas com o apoio do BNDES. Esta é uma importante instituição que permite visualizar o reescalonamento da estatalidade - que compreende o conjunto de relações sociais distintivas incorporadas ou expressas através das instituições do Estado (Brenner, 2004, apud, Brandão 2011). Ou seja, a ação do Estado para além do aparelho do Estado. O Banco é assumido enquanto produtor de espaço social em múltiplas escalas espaciais (Brandão, 2011).

Inicialmente serão discutidos os prismas analíticos sobre modernidade e territorialidade que orientam as análises aqui expostas. Em seguida será realizada uma análise da carteira de financiamentos do Banco, de forma a verificar onde e qual o perfil da atuação do grande capital nacional com o apoio do BNDES. Após, alguns projetos específicos foram selecionados por serem considerados emblemáticos para a análise do modelo de desenvolvimento em questão. O artigo é encerrado com o apontamento de algumas considerações parciais, uma vez que a pesquisa encontra-se em andamento.

O “MANTRA” DA MODERNIDADE

Para discutir os desdobramentos territoriais da ação do BNDES, é de grande importância que a estrutura na qual este banco se enquadra, seu discurso, e suas práticas sejam desnaturalizadas, no sentido de desvelar as nuances ideológicas e as intenções que existem por trás de palavras que costumeiramente são reconhecidas como positivas como “progresso”, “modernidade”, “crescimento” e “desenvolvimento”.

Para isso, é importante o entendimento de que toda estrutura societal é contextualizada histórica e espacialmente, e que a produção do conhecimento histórico qualifica uma multiplicidade de existências sociais em uma única estrutura homogeneizada chamada de “sociedade”. Esta pasteurização é perversa, tamanho o grau de naturalização da hierarquização das manifestações culturais e da invisibilização das ações e ideias que contrariam os interesses do agente classificador. Esta naturalização é traiçoeira, uma vez que as relações entre os componentes de uma estrutura societal são

cotidianamente apresentadas como sendo ahistóricas, naturais (QUIJANO, 2007, p. 346). Exemplos não faltam: a concentração de renda, relações de gênero, relações de dominação, ao que se atribui valor simbólico ou mesmo de troca, etc. Algumas situações são apresentadas como se fossem imbuídas de uma lógica inquestionável e como se não fossem produto da atuação de agentes anteriores à classificações sociais ou dos discursos a elas vinculados.

A noção de classificação social abarca elementos para além da classe social. Para entender a noção de modernidade é importante considerar que a distribuição do poder entre as pessoas é o que as classifica socialmente, que determina suas relações e gera suas diferenças sociais. Características como trabalho, gênero e raça¹ podem ser, em um primeiro momento, consideradas para apreender as relações de poder. Contudo, é um equívoco considerar estas relações de poder como algo nato a estas questões.

Na busca de entender os fenômenos da territorialidade do grande capital nacional, da instrumentalização do BNDES, e do ordenamento territorial, é importante reconhecer a não historicidade dos conceitos de modernidade, desenvolvimento, e sociedade dentro de uma totalidade histórico-social.

Para discutir o capitalismo brasileiro e o ordenamento territorial, a análise não será restrita às dinâmicas históricas nacionais. É preciso compreender o que acontece no país em relação a um sistema mundializado de poder. Na discussão acerca das retóricas relacionadas à modernidade, é importante o entendimento de sua dimensão colonial

A colonialidade é constitutiva da modernidade, não somente no passado, como também no presente; é produto do processo de expansão colonial da Europa, e parte constitutiva da modernidade: [...] não existe modernidade sem colonialidade (MIGNOLO, 2003, p. 34, apud RESTREPO e ROJAS, 2010)

A modernidade forjou-se sob as bases de expansão colonial. A incorporação de territórios, principalmente territórios do continente americano, permitiram uma acumulação de poder às metrópoles europeias suficiente para que estas tenham se tornados centros hegemônicos, e para que as epistêmes que passaram a se impôr desde então se dessem através do seu sistema de classificação socialmente reconhecido.

Wallerstein trabalhou com a colonialidade na perspectiva das formas de pensamento que sustentam e legitimam as desigualdades entre as sociedades do centro e as sociedades da periferia (é importante lembrar que a própria classificação de sociedade, referindo-se ao grupo de pessoas que compõe a população de um país, já oprime as

¹ Considera-se importante trazer a noção de raça como algo socialmente forjado. Por mais que não existam respaldos biológicos para a utilização deste termo, negar a existência da noção de *raça* seria negar a existência dos argumentos de dominação historicamente construídos e que precisam ser enfrentados.

distintas identidades internas a este grupo). A isso, Mignolo incorporou o conceito de colonialidade do poder, presente em Quijano, que diz respeito ao lugar epistêmico de enunciação no qual se descreve e se legitima o poder – o poder colonial. A colonialidade teve um papel fundamental na formação e transformação do sistema mundo moderno/colonial (MIGNOLO 2003, apud RESTREPO e ROJAS 2010, p. 78) e não pode ser considerada como somente um “desvio” ou um momento superado da modernidade. Ela (a colonialidade) foi fundamental para o processo no qual foram fincadas as bases do poder que imperam na modernidade. A colonialidade não foi, portanto, uma contingência histórica. Isso se expressa pela hierarquização dos discursos, da prática e do poder. As prática e ideias vinculadas à modernidade denotam uma superioridade, algo destinado a suplantar o que é considerado atrasado.

Apesar do seu discurso parecer “libertador”, a modernidade é imposta com práticas de extrema brutalidade e de não reconhecimento do “outro”, uma vez que este “outro” é considerado atrasado. Dussel chama a atenção para a existência do chamado “mito da modernidade” (2000). O autor defende que se a Modernidade se apresenta *ad intra* como a “saída” da humanidade de um estado de imaturidade regional, provinciana, e não planetária; *ad extra* a Modernidade realiza um processo irracional que se oculta a seus próprios olhos por seu conteúdo secundário e negativo mítico: a Modernidade é a justificativa de uma práxis irracional de violência. O mito pode, segundo o autor, descrever-se nos sete seguintes itens:

- 1) La civilización moderna se autocomprende como más desarrollada, superior (lo que significará sostener sin conciencia una posición ideológicamente eurocéntrica).
- 2) La superioridad obliga a desarrollar a los más primitivos, rudos, bárbaros, como exigencia moral.
- 3) El camino de dicho proceso educativo de desarrollo debe ser el seguido por Europa (es, de hecho, un desarrollo unilineal y a la europea, lo que determina, nuevamente sin conciencia alguna, la “falacia desarrollista”).
- 4) Como el bárbaro se opone al proceso civilizador, la praxis moderna debe ejercer en último caso la violencia si fuera necesario, para destruir los obstáculos de la tal modernización (la guerra justa colonial).
- 5) Esta dominación produce víctimas (de muy variadas maneras), violencia que es interpretada como un acto inevitable, y con el sentido cuasi-ritual de sacrificio; el héroe civilizador inviste a sus mismas víctimas del carácter de ser holocaustos de un sacrificio salvador (el indio colonizado, el esclavo africano, la mujer, la destrucción ecológica de la tierra, etcétera).
- 6) Para el moderno, el bárbaro tiene una “culpa” (el oponerse al proceso civilizador) que permite a la “Modernidad” presentarse no sólo como inocente sino como “emancipadora” de esa “culpa” de sus propias víctimas.
- 7) Por último, y por el carácter “civilizatorio” de la “Modernidad”, se interpretan como inevitables los sufrimientos o sacrificios (los costos) de la “modernización” de los otros pueblos “atrasados” (inmaduros), de las otras razas esclavizables, del otro sexo por débil, etcétera.

Por todo ello, si se pretende la superación de la “Modernidad” será necesario negar la negación del mito de la Modernidad (DUSSEL, 2000. P. 49).

É sobre estas bases que muitos projetos apoiados pelo BNDES saem do papel, seja nos financiamento dos grandes projetos, ou nos financiamentos de cunho ambiental e social. Este discurso não só é pronunciado, mas naturalizado, ao passo que a palavra modernidade justifica, por vezes, a imposição de suas práticas aos que se distinguem de sua lógica.

O sistema mundo moderno foi produzido no processo de expansão colonial europeia, que se conectou pela primeira vez às diferentes regiões do planeta, dando-lhe, então, uma nova escala, agora global. Desde então, as experiências locais de qualquer região do planeta se fazem impensáveis por fora de sua interconexão nos marcos deste sistema mundial. Contudo, isso não significa dizer que a modernidade “chega” a todas as partes da mesma maneira (RESTREPO e ROJAS, 2010. p. 19), até mesmo porque os pactos e as elites variam de território para território.

AS TERRITORIALIDADES

Nesta pesquisa, a categoria de territorialidade é acionada não de forma a classificar processos, mas na busca de compreender as formas a partir das quais facções de classe e populações acionam e se relacionam com o território.

O território será aqui entendido como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. O poder, por sua vez, não se restringe ao Estado e não se confunde necessariamente com violência e dominação (SOUZA, 2009). O território é um produto “produzido” pela prática social, é “consumido”, vivido e utilizado como meio, e sustenta a prática social (BECKER, 1983). A territorialidade será estudada considerando sua mudança de caráter em relação ao tempo, e entendida como a tentativa “de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, através da delimitação e da afirmação de controle sobre uma área geográfica” (SACK, 1986, p. 32), sendo o território a área em questão.

Para entender as territorialidades em questão é preciso entender que as relações de poder sobre a mesma porção do espaço podem se modificar com o tempo, assim como novos sujeitos podem passar a exercer poder sobre os territórios. Assim, territórios podem ser totalmente reconfigurados, ampliados, englobados e até mesmo extintos. É neste sentido que se propõe discutir (sem esgotar a questão) a dimensão territorial das relações entre o Estado e o capitalismo brasileiro através das ações do BNDES.

Com isso, procura-se

fugir, seja das concepções de estruturas carentes de sujeitos, seja das análises de “atores” ou agentes apartados de estruturas. A abordagem estrutural, histórica e material da realidade exige a análise da ação das facções de classes sociais e seus projetos em disputa, suas possíveis ou reais coalizões e, sobretudo, dos processos, mecanismos e instrumentos (novos ou velhos) que as alianças de classe lançam mão em dada conjuntura histórica particular (BRANDÃO, 2010, p. 44).

O BNDES é uma importante estrutura que as facções de classe se utilizam para colocar em prática seus projetos. A discussão a respeito dos centros de decisão e o estudo das facções sociopolíticas considera a hipótese de que as frações do capital têm papel destacado no pacto de poder caracterizado como oligárquico, financeiro rentista, e patrimonialista - aspectos esses que marcam o processo de apropriação territorial do Brasil (Idem, 2011, p. 309).

O BNDES e a dimensão escalar do capitalismo brasileiro

Com a entrada em vigor da Lei de Acesso à informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), novos mecanismos foram implementados para normatizar o acesso a informações sobre as operações de instituições públicas brasileiras. Respondendo a um pedido de informação sobre obras de infraestrutura realizadas no exterior com recursos do Banco, o Serviço de Informação ao Cidadão do BNDES respondeu que

O Banco, por meio de seu Produto BNDES-exim, não financia projetos em outros países, mas a comercialização de bens e serviços brasileiros no exterior, com desembolsos de recursos efetuados diretamente à empresa exportadora. Assim, dados afetos à relação comercial estabelecida entre exportador e importador, tais como a dos valores individualizados das operações, que evidenciam o valor do produto exportado, são de natureza estritamente comercial, representando informações privativas e estratégicas da empresa privada exportadora, não podendo ser fornecidos em razão do sigilo bancário a que o BNDES está obrigado, com fundamento no art. 6º, I, do Decreto 7.724/2012 e Lei Complementar nº 105/2001 (Serviço de Informação ao Cidadão do BNDES, 19/02/2013).

Acompanha a resposta um arquivo oficial do Banco, no qual estavam listados 98 projetos de infraestrutura ligados aos setores de transporte ou energético, nos quais houve a prestação de serviços de empresas brasileiras no exterior.

Contudo, neste momento é importante ressaltar que, em 20 de maio de 2013 em função de um pedido realizado através do Portal da Transparência, solicitando informações sobre todas as operações realizadas pelo Produto BNDES-Exim, foi enviado um link que deu acesso a um arquivo sobre o que seriam todas as operações do Exim. Contudo, nenhuma das obras informadas no primeiro documento enviado pelo Banco, apareciam, sendo que parece tratar-se da mesma linha de fomento. Além disso, o arquivo contém o aviso de que

Foram excluídas da listagem as contratações que permitiam identificar o valor individual de operações, protegido por sigilo nos termos do art. 6º, I, do

Decreto 7.724/2012, a partir do quadro de desembolsos por países. Dessa forma, foi preservado o sigilo das informações detalhadas de operações por países com reduzido número de contratações realizadas por ano. Do total de 3.260 contratações, foram excluídas 170 contratações originadas em 70 operações, das quais 3 são referentes a exportações brasileiras de bens e serviços para construção de obras de infraestrutura².

Figura 1 – Recursos do banco para obras de infraestrutura no exterior³.

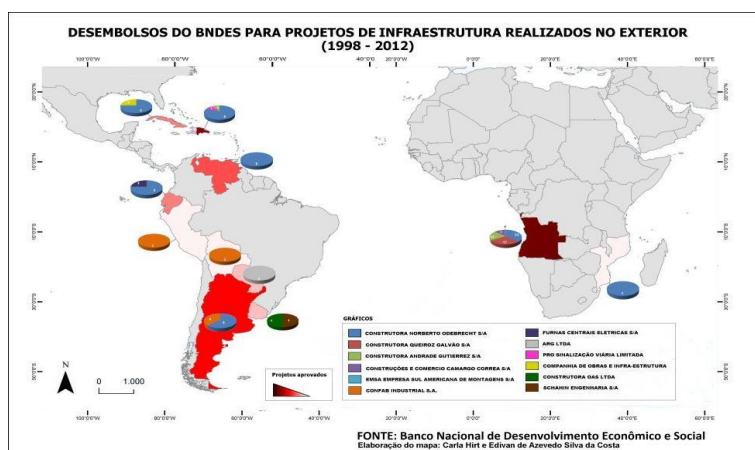
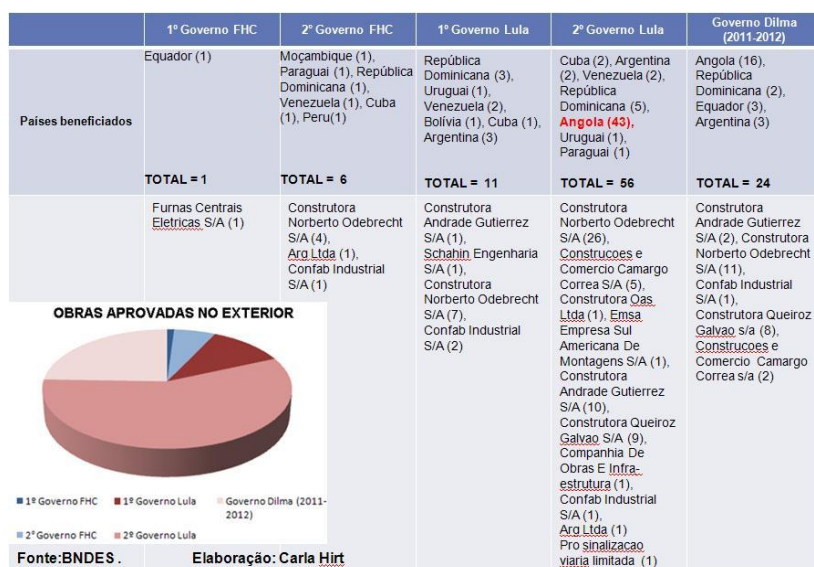


Figura 2 - Obras de infraestrutura relacionadas aos setores de transporte ou energético realizadas no exterior através do Produto BNDES-Exim.



² Disponível em:

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Consulta_as_operacoes_do_BNDES/. Acesso em 20/05/2013.

³ Este mapa e a tabela indicada na Figura 2 foram elaborados com base em resposta do BNDES ao pedido de informação nº 99903000061201393, no qual lhes foi solicitado informações sobre a localidade, a natureza, a empresa executora e o montante de recursos destinados a projetos de infraestrutura realizados no exterior realizados com recursos do BNDES. Foi informado também que as informações sobre “exportações brasileiras de bens e serviços financiadas pelo BNDES” restringem-se aos anos de 1998 a 2012, pois não houve financiamentos à exportação dessa natureza anteriores ao ano de 1998.

Somando todos os financiamentos, foram informadas 3.089 operações, das quais 126 são classificadas pelo Banco como obras de infraestrutura.

Os 3089 projetos estão distribuídos da seguinte maneira:

Tabela 1 – projetos aprovados pelo Produto BNDES-Exim pós-embarque de 1996 a 2012

País/Governo	Total	FHC	LULA	DILMA
Angola	79	0	50	29
Argentina	1405	1143	186	76
Bolívia	364	361	3	0
Canadá	20	20	0	0
Chile	52	29	19	4
Colômbia	8	8	0	0
Costa Rica	20	20	0	0
Cuba	64	11	30	23
Equador	109	98	11	0
Espanha	2	0	2	0
EUA	419	309	106	4
Jamaica	3	0	3	0
México	65	40	25	0
Paraguai	64	47	6	11
Peru	225	182	43	0
República Dominicana	82	55	23	4
Uruguai	65	58	5	2
Venezuela	44	31	10	3

Fonte: BNDES

Neste último arquivo, já é possível concluir que no caso dos serviços de infraestrutura realizados por empresas brasileiras no exterior em países estrangeiros, 82% das operações se dão na modalidade em que os governos são “*buyer*”. Nessas operações, os contratos de financiamento são estabelecidos diretamente entre o BNDES e a empresa importadora (na maioria dos casos os Governos dos diferentes países), com interveniência do exportador, e quem assume a dívida com o Banco é a entidade importadora.

No restante, os mutuários realizaram a operação como “*Supplier*”, modalidade que consiste no refinanciamento ao exportador, e ocorre por meio da apresentação ao BNDES de títulos ou documentos do principal e juros do financiamento concedido pelo exportador ao importador. Esses títulos são descontados pelo BNDES, sendo o resultado do desconto liberado à empresa exportadora.

Algumas questões ainda precisam ser esclarecidas: no caso de obras de infraestrutura realizadas pelo governo brasileiro, sabe-se que existe um processo de licitação no qual, em tese, empresas capacitadas para executar tal obra concorrem e são

escolhidas em função das melhores condições oferecidas. Mas como ocorre a escolha das empresas brasileiras que executam obras no exterior, com recursos do BNDES? Como os governos dos países em questão contatam o BNDES? Os governos interferem na escolha das empresas? Como exemplo, é possível observar nas figuras 1 e 2 que algumas empresas, a exemplo da Odebrecht⁴, se fazem presentes em vários países americanos e africanos graças ao incentivo do Produto BNDES-exim.

Este produto variou significativamente com relação ao volume de financiamentos no exterior e países e empresas atendidos nos últimos anos.

A ampliação da territorialidade do grande capital nacional apoiada pelas ações do BNDES chama a atenção para a importância da escala enquanto categoria analítica e enquanto categoria da *práxis* política. Ela contribui com o refinamento teórico-metodológico da pesquisa sobre decisões e poder de comando dos sujeitos concretos dos centros de decisão, e seus mecanismos de legitimação. Veremos que a dinâmica de ação das distintas facções das classes sociais elaboram escalas e territorialidades de forma dinâmica e que são relacionais. A conflituosidade que se expressa a partir do choque entre distintas territorialidades demonstra a importância da análise conjunta da ação dos agentes não hegemônicos, a concretude de sua reprodução social, identitária e material, sua elaboração de temporalidades, práticas espaciais, etc. Assim, é decisivo dimensionar a capacidade de as facções subalternas resistirem e empreenderem lutas contra-hegemônicas, requalificando recorrentemente sua força organizativa, insurgente, e emancipatória (BRANDÃO, 2011).

Sabe-se que, atualmente, as principais empresas beneficiadas pelo Banco estão ligadas ao setor minero-metalúrgico-energético-empreiteiro (VAINER e NUTI, 2008) (reconhecidas como as maiores doadoras de campanha durante processos eleitorais), ou produtoras de proteína animal. O Relatório Anual sobre a atuação do BNDES em 2011 revelou que as micro, pequenas e médias empresas responderam por 35,6% do total de recursos desembolsado pelo Banco. No que se refere à participação das micro, pequenas e médias empresas no total de operações, esse segmento respondeu por 94% (842 mil)

⁴ A empresa Odebrecht é um caso emblemático tamanho o emaranhado de articulações empresariais e políticas que compõem e que a transformaram em uma das empresas mais espreiadas em várias esferas de poder no Brasil: A Kieppe Patrimonial controla a Kieppe Participações, que controla a Odebrecht Investimento, que controla a Odebrecht Sociedade Anônima, que controla a Odebrecht Participações, que, por dia vez, controla Braskem e a construtora Odebrecht. Resumindo: Kieppe Patrimonial é o que está por trás da Odebrecht, e por trás da Kieppe está a família Odebrecht. Esta companhia ocupa o 17º lugar no ranking das empresas com maior concentração de poder no Brasil. (Campanha "Quem são os proprietários do Brasil", acesso em 06/05/2013)

das operações. Para as grandes empresas, o total desembolsado foi de 89,1 bilhões. Ou seja: 6% das operações concentraram 65% dos recursos. O setor de infraestrutura foi o destino da maior parte dos recursos desembolsados - o que corresponde a 40% do total; seguido pelo setor industrial, com 32%; pelo setor de comércio e serviços, 21% e pela agropecuária; com 7%.

Sobre a questão dos recursos destinados ao setor de infraestrutura, recorreremos à contribuição de João Bernardo (1991). Para este autor, é necessário perceber o capitalismo articulando uma pluralidade de unidades econômicas reciprocamente relacionadas. Concordamos que a base deste inter-relacionamento ao nível do processo de elaboração são as Condições Gerais de Produção (CGP) do sistema capitalista. As infra-estruturas de telecomunicações e transportes, a organização do sistema geral de ensino, a extensão da medicina à generalidade da população, medicina preventiva e a vacinação, esgotos e novas condições urbanas, etc. são exemplos de CGP. Elas "ultrapassam os limites de cada empresa particular e constituem uma vasta teia, sem a qual essas empresas e o próprio capitalismo não poderiam existir" (Ibidem). Nesta pesquisa o tipo de CGP que desperta mais a nossa atenção são as infraestruturas de produção e de transportes, que contribuem para o histórico movimento de acumulação de capital.

A expansão de determinadas infra-estruturas acabam impulsionando o avanço da fronteira agrícola nacional (e Sul-Americana), com o repasse de recursos do BNDES para obras rodoviárias e ferroviárias que surgem com o intuito de escoamento de produção e de incorporação de novos espaços ao processo capitalista de produção.

Partimos das premissas de que o território é investido pelo Estado e pelo Capital e de que o Capital se realiza do território. Mas, como ele se territorializa? O Estado abdica de um projeto territorial, ou não? Aqui cabe lembrar que, para Vainer (2007), ações setoriais têm sido mais decisivas na estruturação do território nacional do que políticas explicitamente voltadas para o ordenamento territorial.

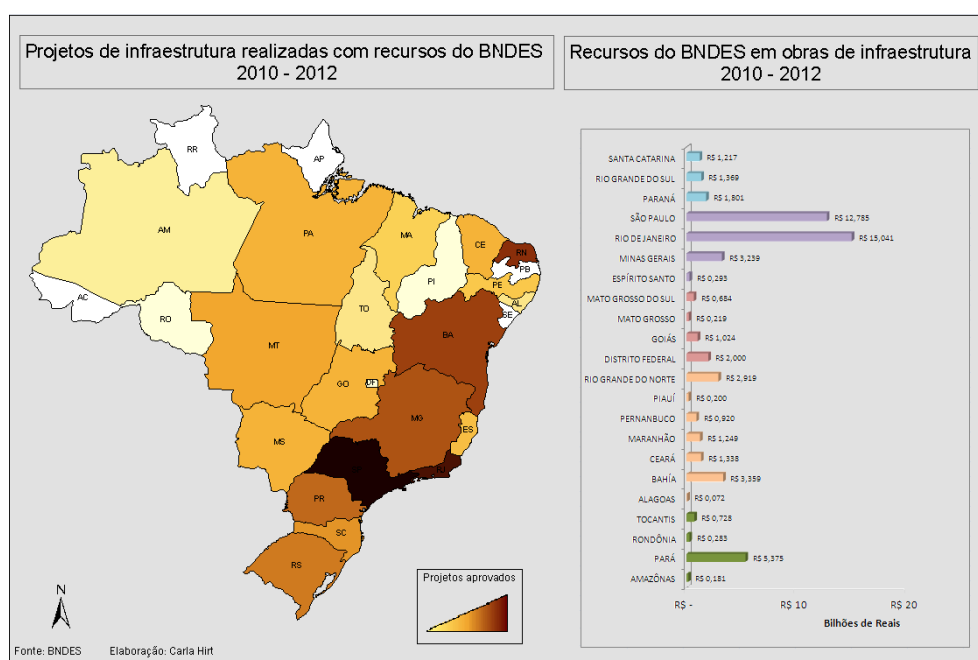
Mesmo que não haja necessariamente tal projeto, concordamos que a

apropriação e expropriação dos abundantes recursos territoriais e a acumulação primitiva permanente foram elementos fundantes da nossa história até aqui. O território heterogêneo e de grande porte desempenhou papel estratégico nessas táticas subordinadas e covardes de nossas elites. Transformado em mera base operativa e plataforma de simples circulação de capitais usurários e *locus* da predação e degradação humana e ambiental, o objeto passou a ser visto como objeto inerte. (Brandão, 2010, p. 67)

No caso nas obras em território nacional, o período que teve início com o segundo governo de Lula é bastante significativo em função do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que teve sua primeira etapa lançada em 2007 e encerrou-se em Dezembro de 2010. Este Programa articulou projetos de infraestrutura públicos e privados, além de medidas institucionais para aumentar o ritmo de crescimento da economia nacional, modernizar a infraestrutura, melhorar o ambiente de negócios, estimular o crédito e o financiamento. Sua segunda etapa - denominada PAC2 - foi lançada em março de 2010, ainda no mandato do Presidente Lula, para ser desenvolvida a partir de 2011, durante o governo de Dilma Rousseff. O PAC 2 incorpora mais ações de infraestrutura social e urbana. Em relação ao PAC1, é importante ressaltar que houve um crescimento no valor dos investimentos. No primeiro ciclo, a previsão de investimento foi de R\$ 657 bilhões e, agora, no PAC 2, os investimentos previstos somam R\$ 955 bilhões até 2014 (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)⁵

Para avaliar os desdobramentos no território através das ações do BNDES, foi feito um pedido de informação a respeito de todas as obras de infraestruturas realizadas em território nacional, com recursos do BNDES. As informações foram sistematizadas na Figura 3:

Figura 3. Infraestrutura em território nacional realizadas com recursos do BNDES (2010 a 08/2012)

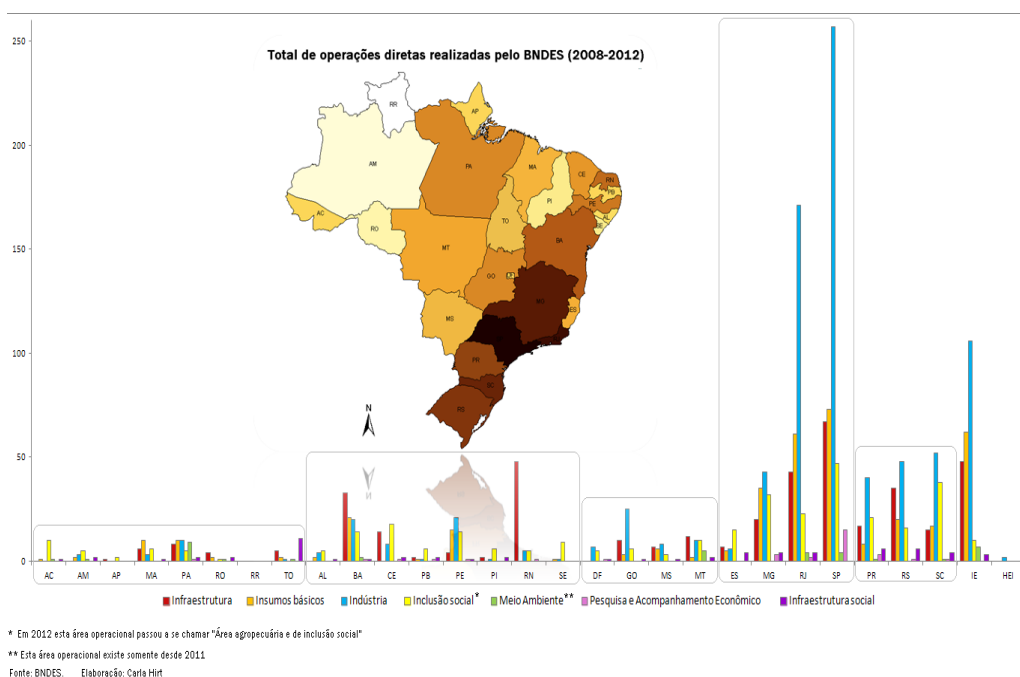


⁵ Para maiores informações consultar <http://www.planejamento.gov.br>

Evidencia-se a concentração de projetos e de recursos na região Sudeste, contrastando com a ausência do BNDES em alguns estados do Norte e Nordeste.

Optou-se também por fazer uma análise sobre todas as Operações Diretas executadas pelo banco de 2008 à 2012 (período que é disponibilizado pelo banco), uma vez que isso torna possível uma análise setorial dos desembolsos do Banco. Estas informações foram sintetizadas na figura 4. Optou-se, até o momento, em trabalhar somente com as Operações Diretas⁶ por tratarem-se de operações realizadas diretamente com o BNDES ou através de mandatário (sendo necessária a apresentação de Consulta Prévia).

Figura 4 – Total de Operações Diretas realizadas pelo BNDES (2008 a 2012)



Novamente, evidencia-se uma concentração de recursos na região Sudeste. No Pará, as operações financiadas envolvem principalmente o setor de geração de energia através de Usinas Hidrelétricas. Roraima, novamente, aparece em branco, evidenciando a ausência de financiamentos do BNDES no estado.

Na busca por compreender qual a especificidade do Capitalismo brasileiro e a territorialidade que o grande capital nacional engendra, partimos para a exposição de alguns casos selecionados.

2. O BNDES no território

⁶ Operações indiretas são realizadas através de instituição financeira credenciada, podendo ser: Automático, não automático (necessária a apresentação de Consulta Prévia) ou Cartão BNDES

Segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, entre 2003 e agosto de 2011 o Governo brasileiro aprovou garantia de crédito para cerca de 100 financiamentos do BNDES voltados a projetos de infraestrutura em diversos países da América Latina e do Caribe, totalizando cerca de US\$ 14 bilhões. A execução destas obras está amarrada, necessariamente, à exportação de serviços, realizados por grandes empreiteiras brasileiras.

Um exemplo de grande projeto que ocorre com forte participação do Banco são algumas obras de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

A origem teórica da IIRSA se encontra em dois estudos: o *Infraestructure for Sustainable Development and Integration os South America*⁷ e o Estudo sobre Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento⁸. Estes estudos privilegiam a integração física de infra-estruturas voltadas para fluxo de mercadorias e escoamento de produção (PORTO-GONÇALVES, 2011,p. 12).

É comum nos depararmos com trabalhos que consideram o território como tendo um *status* similar ao de uma firma na teoria neoclássica, como uma unidade que toma decisões autônomas, realizando a mais racional e eficiente combinação de fatores. Esta abordagem é característica de instituições que tratam países e continentes como sendo um bloco homogêneo em suas intencionalidades, e negando, através de suas práticas, a diversidade de territorialidades (e suas respectivas escalas) que existem em seu interior - a exemplo do que acontece com a IIRSA/Cosiplan/Unasul⁹.

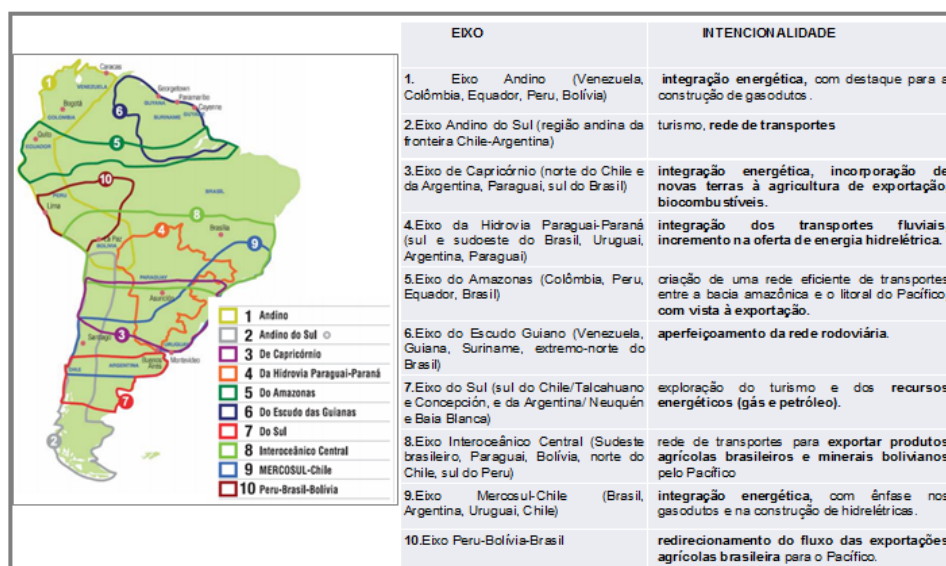
Ao analisarmos o quadro sobre as intencionalidades dos Eixos de Integração da IIRSA, veremos, que todos estes eixos são motivados por ações de exploração intensivas em território. Estes processos são intolerantes com entes não se relacionam com o território de forma a não mercantilizá-lo. A territorialidade do capitalismo engendra a mercantilização levada às últimas consequências

Figura 5 – Intencionalidade dos Eixos de Integração da IIRSA

⁷ Este estudo foi realizado em 1996 por Eliézer Batista da Silva para a Corporação Andina de Fomento, a Companhia Vale do Rio Doce, o *Business Council for Sustainable Development Latin America*, o *Bank of America* e a Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração.

⁸ Promovido pelas seguintes instituições: BNDES, Ministerio do Planejamento, banco ABN Amro, Bechtel, Consórcio Brasileira e Booz Allen & Hamilton do Brasil Consultores.

⁹ A União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) reúne os doze países da América do Sul e foi criado a partir de um Tratado Constitutivo firmado em maio de 2008, em Brasília. Um de seus Órgãos integrantes é o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN). A IIRSA atualmente está sob a coordenação do COSIPLAN/UNASUL.



Fonte:

Adaptado

de

<http://diplomatie.uol.com.br/acervo.php?id=2593&tipo=acervo&PHPSESSID=91c33f407a2ca538d75ab35af7309629> Acesso em 10/08/2010; e de <http://www.iirsa.org>.

Segundo os acordos da IIRSA, os governos financiarão 62,3% dos projetos, a iniciativa privada bancará 20,9%, enquanto o restante virá de instituições financeiras, como o BID, a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o BNDES

A IIRSA e as perspectivas que se abrem com a demanda por *commodities* pela Ásia (China em particular) ofereceram a demanda que impulsionou a decisão pela integração regional física da América do Sul (Ibidem), aos moldes que atendessem a tais interesses. Os conflitos, a lógica exploratória intensiva em território e formas patrimonialistas e rentistas de apropriação do território, ganharam novo fôlego com as possibilidades da fuga para frente: expansão sem transformações sócioeconômicas estruturais.

Um dos eixos da IIRSA apoiados pelo Governo brasileiro através do BNDES é o Eixo de Capricórnio, onde o elemento articulador será o transporte intermodal, com destaque para as ferrovias.

De acordo com entrevistas realizadas pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (representante da IIRSA no Brasil), com 17 instituições públicas e privadas¹⁰, os principais setores beneficiados com as obras neste eixo serão os de Laminados, Celulose e papel e, principalmente, soja.

¹⁰Instituições entrevistadas: Itamaraty, MAPA - Secretaria de Política Agrícola, Associação Nacional dos Usuários de Transporte de Carga, BNDES, MAPA - Secretaria de Relações Internacionais, CNT, ABDIB, Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, DER/PR,

Figura 7 - Corredor ferroviário bioceânico



Fonte: Ministério das Relações Exteriores

Nas últimas décadas tem aumentado a demanda por terras para o agronegócio. Contudo, a efetiva diminuição dos preços dos produtos agrícolas deu-se pela expansão do latifúndio capital *intensive*, e pela anulação da renda diferencial por localização, possibilitada pela expansão das redes de transportes e dos avanços da logística (Porto-Gonçalves, 2006). Assim, a incorporação de grandes extensões de terras, principalmente para a produção de grãos, é fundamental para as grandes empresas do agronegócio. Isso fica claro quando observamos os dados do Censo Agropecuário de 2006: enquanto os estabelecimentos rurais de menos de 10 hectares ocupam menos de 2,7% da área total ocupada pelos estabelecimentos rurais no Brasil, os estabelecimentos de mais de 1.000 hectares concentra mais de 43% da área total. O Censo do IBGE para 2006 mostrou uma concentração de terras superior aos índices apurados nos anos de 1985 e 1995.

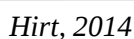
Grandes estabelecimentos rurais costumam ser destinados à produção de *commodities* e não de alimentos destinados a abastecer a demanda interna ao país – o que pode colocar em risco a segurança alimentar em alguns países. Segundo levantamentos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), houve retração na área plantada de feijão tanto na safra semeada no segundo semestre de 2012 (de 7,2%), quanto na segunda safra - plantada no primeiro trimestre de 2013 (-9,5%).

Com a diminuição da produção de feijão no Brasil, a alternativa é importar feijão do tipo "pinto beans", produzido pelos Estados Unidos. Contudo, os importadores brasileiros terão que disputar com outros países. Além disso, também deve haver importação de feijão da China (o maior comprador da soja brasileira). Recentemente a Câmara de Comércio Exterior (Camex) zerou os impostos que incidiam sobre a importação do feijão - alimento presente na cesta básica do brasileiro – como forma de incentivo à entrada do alimento e na tentativa de que os preços caiam (ESTADÃO, 24/06/2013)¹¹.

Outro exemplo de projeto da IIRSA executados por empreiteiras brasileiras é o Corredor Viário Interoceânico Sul – Peru/Brasil, entre Peru, Bolívia e Brasil. Este corredor é dividido em cinco trechos que totalizam cerca de 2.500 quilômetros: 1: Puerto de San Juan de Marcona a Urcos (763 quilômetros); 2: Urcos a Ponte Inambari (246 quilômetros); 3: Ponte Inambari a Iñapari (403 quilômetros); 4: Ponte Inambari a Azángaro (306 quilômetros); 5: Azángaro-Matarani (752 quilômetros). Três são construídos pela Odebrecht com sócios peruanos (o maior contrato, no valor de US\$ 1 bilhão (R\$ 1,6 bi), foi executado por um consórcio liderado pela baiana Odebrecht - que construiu e administrará o trecho entre o Acre (Brasil) e Cuzco (Peru) por 20 anos; um é executado pela peruana Hidalgo e Hidalgo SAC; e o trecho 4 é feito pela Intersur Concesiones SAC (formada pelas brasileiras Camargo Correa, Andrade Gutiérrez e Queiroz Galvão). A obra que custava inicialmente US\$ 527 milhões subiu para US\$ 890 milhões após a Intersur Concesiones SAC (Camargo Correa, Andrade Gutiérrez e Queiroz Galvão) ser aprovada. Durante a construção do trecho 4 da rodovia, que interliga Inambari (Madre de Dios) e Azangaro (Puno), inúmeras são as denúncias de irregularidades no que diz respeito ao cuidado técnico e humano e de proteção ao patrimônio arqueológico (UGAZ, 2009) - só nos arredores de Cuzco são sete os sítios arqueológicos, repletos de referências pré-colombianas.

Figura 8 - Corredor Viário Interoceânico Sul – Peru/Brasil

¹¹ Fonte: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-brasil,governo-zera-imposto-de-importacao-do-feijao,157424,0.htm>. Acesso em 29/06/2013



No ano de 2010, foi incorporada à obra a ponte Presidente Guillermo Billinghurst, no trecho 3, que une Porto Maldonado com a aldeia de El Triunfo, na região de Madre de Dios, no sul do Peru.

Ao custo de US\$ 32 milhões, a estrutura metálica de 722,9 metros de extensão, e altura equivalente a de um prédio de 25 andares - a ponte era o passo que faltava para concluir um negócio que começou a ser discutido em 2000, durante a Cúpula dos Presidentes da América do Sul.

Com o fim das obras de construção desta ponte sobre o rio Madre de Dios a abertura do espaço amazônico ao mercado mundial é irreversível, uma vez que a ideia motor deste eixo é a de ser um corredor de *commodities*. Desde a inauguração da ponte, carretas brasileiras carregadas com milho produzido no Mato Grosso (Brasil), começaram a desembarcar em Puerto Maldonado, e comboios da Volkswagen vindos de Resende, no Rio de Janeiro, estão cruzando a Transoceânica para abastecer o mercado de caminhões do Peru e Equador. Ao mesmo tempo, o Peru já começou a exportar pedra para Rio Branco, no Acre.

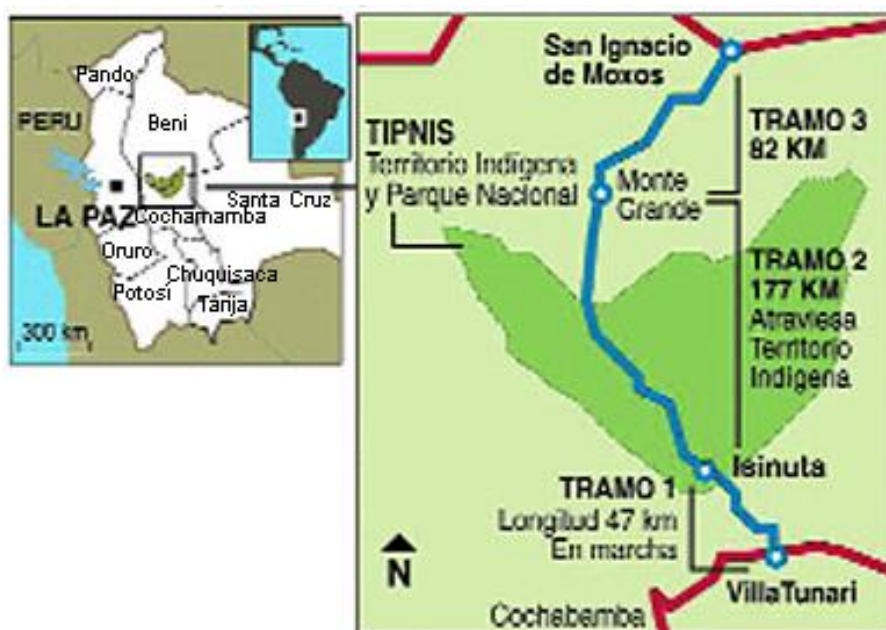
As transformações já são perceptíveis para nas populações em questão. Aproximadamente todos os indígenas passaram a possuir aparelhos de celular depois que o fluxo de turistas aumentou - cerca de 340 turistas transitam por lá todos os meses. Além disso, as atividades de mineração são tema de grande preocupação, uma vez que o acesso facilitado às áreas até então de difícil acesso poderá trazer grandes impactos ambientais.

Em suma, verifica-se que territórios que até então não estavam totalmente englobados por lógicas de produção capitalista passaram a ser capturados, seja no sentido de exploração da natureza - que passa a ser extensivamente encarada como recurso e mercantilizada, seja no sentido de forjar e ampliar mercado consumidor, sob o “mantra” da modernidade e prosperidade.

Outra obra emblemática aconteceu na Bolívia, em 2011, quando populações indígenas paralisaram as obras de uma estrada que atravessaria um território indígena TIPNIS (figura 11). Esta não é uma obra da IIRSA, mas essa estrada forma parte da conexão entre o Eixo Brasil-Chile e o Eixo Brasil-Peru, que fica mais ao norte e une Porto Velho e Rio Branco com os portos peruanos. Neste caso específico, esta não parece ser só mais uma estrada para integração dos corredores bioceânicos. Antes disso, ela é uma ligação do próprio país consigo mesmo. Atualmente a província de Beni só tem acesso ao resto do país através de Santa Cruz. O governo boliviano argumenta que toda sua produção pecuária tem que passar por esta província antes de chegar a outros mercados - o que dá aos cruceños o poder de atravessador e encarece o produto final. É também em Santa Cruz que localiza grande parte da oposição a Evo Morales. A conexão de Beni ao resto do país ajudaria a quebrar esses laços e diminuir a importância de Santa Cruz no cenário nacional. Então, com a estrada passando pelo Parque TIPNIS e Beni não estando mais necessariamente “presa” à Santa Cruz, os interesses desta província estariam prejudicados. O apoio à marcha dos indígenas veio não por acaso das frentes cruceñas, e a oposição a Morales tem se aproveitado muito do conflito para se cacifar. Contudo, é difícil imaginá-la capaz de manter uma aliança mais duradoura com os indígenas, quando este conflito estiver terminado (Cunha Filho, 2011).

Além disso, outros interesses envolvem a região. O Brasil havia se comprometido em financiar a obra, através do BNDES, com um crédito de U\$ 332 milhões, e a empresa brasileira OAS era a responsável pelo trecho em questão. Se a obra tivesse seguido adiante, estrada poderá dar acesso a campos de petróleo e de gás natural, além de facilitar a expansão da agricultura cocalera em áreas até então preservadas.

Figura 11 – Mapa da Bolívia e localização da estrada que passaria pelo Parque Nacional Isiboro Sécuré.



Adaptado de <http://www.pagina12.com.ar/fotos/20110927/notas/mapbol.jpg>. Acesso em 29/06/2013

Caso intensifiquem-se, as pressões para expansão da área produtiva colocarão em choque territorialidades muito distintas, o que poderá trazer efeitos devastadores não só para os grupos sociais afetados, mas para o meio ambiente em questão.

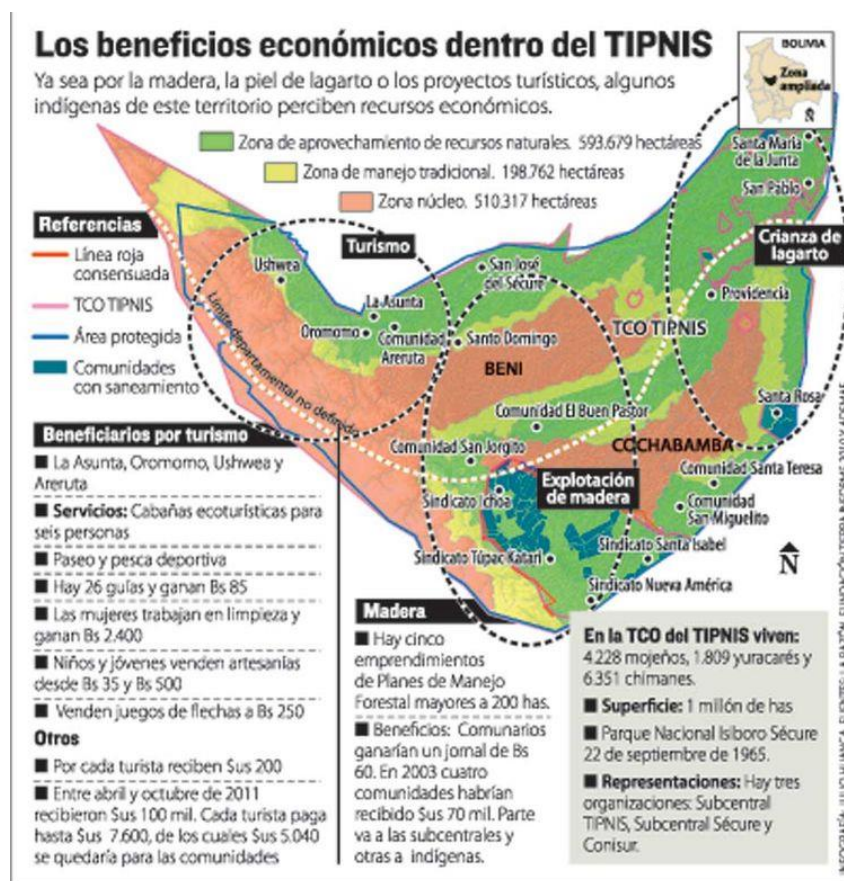
Existem indícios de que isto possa ocorrer, pois a área sudeste do parque tem sido ocupada por cocaleiros desde a década de 1970, e acabou sendo separada do território indígena oficial em 2009. Isto desenfreou um processo de assimilação de comunidades indígenas que viviam dentro da área ocupada à esta nova atividade econômica. Dos indígenas que lá permaneceram, alguns passaram a trabalhar para os cocaleros. Visto que a rota planejada para a estrada cortaria essa área e avançaria pelo parque nacional, pode-se prever que os cocaleros usariam esta estrada. Além disso, muitas vezes a coca é utilizada como primeira atividade mais rentável, sendo substituída com o tempo por outros cultivos - a exemplo do que acontece no Brasil, com a derrubada de vegetação nativa para dar lugar à pecuária extensiva, seguida por cereais - com destaque para a soja.

Isto posto, é importante frisar que os indígenas do TIPNIS não são contra uma estrada que faça a ligação do território boliviano consigo mesmo, interligando províncias e diminuindo a interferência de oligarquias regionais. Os indígenas são contra o traçado que corta o TIPNIS ao meio.

Atualmente existem projetos de baixo impacto ambiental e autogeridos (acompanhados pelo governo boliviano) envolvendo atividades madeireiras e petroleiras (principalmente à oeste da Estrada, com direitos de exploração concedidos à Petrobrás e

YPFB Petroandina SAM) . Caso a estrada tivesse sido construída, o controle de tais atividades pelas populações provavelmente seria ameaçado. Isso fica evidente na figura 12.

Figura 12 – Benefícios econômicos a serem explorados no TIPNIS.



Fonte: http://www.la-razon.com/suplementos/especiales/Beneficios-economicos-dentro-TIPNIS_LRZIMA20111201_0095_4.jpg. Acesso em 29/06/2013

Nota-se que na retórica dos que incentivam a exploração econômica da reserva, grandes interesses econômicos como o da exploração de petróleo e expansão do cultivo de coca não são mencionados.

Este episódio traz novamente à tona a importância do entendimento acerca da territorialidade não só do capitalismo, mas das populações. No documento intitulado “Carta Aberta aos Senhores Álvaro Garcia Linera e Evo Morales Ayma”, Carlos Walter Porto-Gonçalves (2011) lembra do enunciado da população camponesa na província de Pando, também na Bolívia: “*no queremos tierra, queremos territorio*”.

Permitir intervenções em terras indígenas seria negar o território dos mesmos. De nada adianta a existência de reservas indígenas se seu território, seus hábitos, sua cultura e sua vida são violados.

Outro caso agora em território nacional é o da Hidrelétrica de Belo Monte, localizada no rio Xingu, no município de Vitória do Xingu (PA). Belo Monte será a segunda maior usina do Brasil, atrás apenas da binacional Itaipu. Sua história inicia em 1975, quando foram Iniciados os Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu. Posteriormente, em 1980, a Eletronorte começou a realizar estudos sobre a viabilidade técnica e econômica do chamado Complexo Hidrelétrico de Altamira, formado pelas usinas de Babaquara e Kararaô (atual Belo Monte). Diante do entendimento acerca do significados destas obras, foi organizado em 1989 o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira (PA). Nesta ocasião uma liderança indígena foi até José Antônio Muniz (presidente da Eletronorte) e encostou em seu a lâmina de seu facão. Após este evento, o nome Kararaô foi alterado para Belo Monte (que, todavia, é o nome da terra de Antonio Conselheiro, em Canudos, que também fizcou de baixo de das águas de uma represa).

Em 2001 foi divulgado um plano emergencial para aumentar a oferta de energia no país - o que incluía a construção de 15 usinas hidrelétricas - entre elas Belo Monte. No ano seguinte o então presidente Fernando Henrique Cardoso estipula a formação de um consultoria para definir a forma de venda do projeto de Belo Monte. Além disso, ele critiou ambientalistas dizendo que a oposição à construção de usinas hidrelétricas atrapalha o País. Neste ano então candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva lançou um documento intitulado *O Lugar da Amazônia no Desenvolvimento do Brasil*, no qual Belo Monte foi citada. Este documento trazia críticas à matriz energética brasileira, no sentido de que o represamento de rios estaria afetando a Bacia Amazônica. Já durante o governo de Lula, em 2006 a análise do empreendimento foi suspenso até que os índios afetados pela obra fossem ouvidos pelo Congresso Nacional. No ano seguinte, durante o Encontro Xingu para Sempre, houve conflito entre indígenas e o responsável pelos estudos ambientais da obra. Após o evento, o movimento elaborou a *Carta Xingu Vivo para Sempre*, na qual as ameaças ao Rio Xingu foram especificadas, além de ter sido apresentado um projeto alternativo de desenvolvimento para a região. Ainda neste ano o Tribunal Regional Federal de Brasília autorizou a participação das empreiteiras Camargo Corrêa, Norberto Odebrecht e Andrade Gutierrez nos estudos de impacto ambiental de Belo Monte.

Em 2009 a Justiça Federal suspendeu licenciamento e determinou que fossem realizadas novas audiências públicas - conforme o que foi solicitado pelo Ministério Público. Com isso, o IBAMA voltou a analisar o projeto, uma vez que o licenciamento ambiental era fundamental para que o leilão de concessão pudesse ser realizado. A licença ambiental foi publicada em 1º de fevereiro, e o leilão foi realizado em 20 de abril – quando sagrou-se vencedor o Consórcio Norte Energia S/A

De lá para cá, as obras não ocorreram de forma tranquila. Alguns conflitos de grande relevância já aconteceram, envolvendo tanto operários quando as populações indígenas e ribeirinhas atingidas.

Entre os impactos da obra, resumidamente, pode-se citar a inundação dos igarapés Altamira e Ambé; a redução da vazão da água a jusante da barragem na Volta Grande do Xingu, com a interrupção do transporte fluvial até o Rio Bacajá - único acesso para comunidades ribeirinhas e indígenas; remanejamento de mais de 20 mil famílias da periferia de Altamira e da área rural de Vitória do Xingu, além dos impactos para cerca de 350 famílias ribeirinhas que vivem em reservas extrativistas; alteração do regime do rio sobre os meios biótico e socioeconômico, em função da redução do fluxo da água¹².

Conforme os últimos ajustes no projeto da usina, estima-se que será provocado um alagamento de cerca de 640 Km², e uma superfície territorial de 486,54 ha, dentro do perímetro urbano de Altamira será alagada e/ou desocupada por razão de segurança.

Com relação às populações indígenas, as 24 etnias seriam direta ou indiretamente afetadas na medida em que o Xingu, sua fauna e sua flora (e entorno) fossem alterados pela usina. Estas etnias ocupam 30 Terras Indígenas na Bacia do Xingu (12 no Mato Grosso e 18 no Pará). A Terra Indígena Paquicamba, dos índios Juruna e a área dos índios Arara da Volta Grande seriam diretamente impactados em função da drástica redução da vazão do Rio. A área indígena Juruna fica às margens da rodovia PA 415 e sofreria com o aumento do tráfego na estrada, pela presença de um canteiro de obras.

Em maio de 2013 aproximadamente 200 indígenas das etnias Juruna, Kayapó, Xipaya, Kuruaya, Asurini, Parakanã, Arara, Munduruku ocuparam o principal canteiro de obras de Belo Monte. Os indígenas reivindicavam que seja regulamentada a legislação que trata da consulta prévia, livre, bem informada (Convenio 169 da OIT do qual o Brasil é signatário) e com poder de decisão sobre a construção de empreendimentos em suas terras, rios e florestas; que sejam suspensas as obras e estudos de novas barragens em suas

¹² Referência: <http://www.xinguvivo.org.br/2010/10/24/resumo-dos-impactos-sociais/>. Acesso em 01/07/2013

áreas enquanto não houver regulamentação e consulta; e que as operações policiais e militares que o governo federal está realizando em suas terras sejam canceladas. Na ocasião, foram acionadas a Força Nacional, Polícia Federal, ROTAM e tropa de choque da Polícia Militar do Pará.

O BNDES tem atuado de forma questionável com relação às obras de Belo Monte. Embora o contrato determine que os desembolsos sejam suspensos em caso de descumprimento das exigências ambientais ou atrasos na adoção de medidas para minimizar o impacto da obra no meio ambiente - conforme escrito na letra C, inciso III da cláusula 20ª - essa determinação não está sendo seguida. Mesmo com o descumprimento das exigências ambientais - o que já ficou comprovado inclusive pela aplicação de multa pelo Ibama¹³, a obra segue recebendo regularmente os recursos do financiamento de R\$ 22,4 bilhões - o maior crédito da história do banco.

No processo de construção da Usina, o Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM) - que reúne o grupo de empreiteiras responsáveis por executar as obras e o dono do empreendimento (o consórcio Norte Energia) já entraram em desacordo. O CCBM é liderado pela construtora Andrade Gutierrez, seguida pela Odebrecht e Camargo Corrêa, além de outras sete empreiteiras com participações menores. Já a Norte Energia é composta pela Eletrobras - que detém 49% da Norte Energia (ambas estatais), seguida por representantes dos fundos de pensão Petros e Funcef - com 10% cada um. Este consórcio também possui participação da Neoenergia, Amazônia (Cemig e Light) e Vale, entre outros sócios minoritários. Ocorre que desde 2012 o CCBM quer cobrar uma fatura extra de cerca de 1 bilhão de reais da Norte Energia. Este seria o primeiro aditivo ao contrato de 13,8 bilhões de reais¹⁴.

Atualmente Belo Monte conta com 23 mil trabalhadores, e as previsões são de que este número salte para 28 mil até outubro de 2013, com possibilidades de chegar a até 30 mil pessoas.

Na esfera trabalhista, os trabalhadores do canteiro de obras já entraram e greve, situação em que houve intervenção da Força Nacional e relatos de sequestro dos líderes sindicais e mortes no canteiro de obras.

¹³ No primeiro relatório do Projeto Básico Ambiental enviado pela Norte Energia, em fevereiro de 2012, houve cobrança de multa de R\$ 7 milhões pelo Ibama pelo descumprimento de condicionantes (a multa máxima era de R\$ 10 milhões). Fonte: <http://oglobo.globo.com/economia/bndes-nao-cumpre-exigencia-ambiental-no-credito-belo-monte-8295084#ixzz2Y1uzcY9A>. Acesso em 01/07/2013.

¹⁴ Referência: <http://amazonia.org.br/2013/05/construtora-pede-mais-r-1-bi-por-belo-monte/>. Acesso em 02/07/2013.

3. Considerações parciais

Neste trabalho houve a preocupação de abordar a territorialidade do grande capital nacional através de algumas ações do BNDES.

Em entrevista com alguns funcionários do corpo técnico-burocrático do banco, houve a afirmação de que o BNDES não tem uma atuação no sentido de desconcentração dos investimentos (no que diz respeito às Operações Diretas), de forma a combater as desigualdades regionais no Brasil. Isso por que a ação do banco é restrita basicamente a responder às demandas, e não a orientá-las. O Banco não interfere na decisão de onde determinado projeto (infraestrutura, indústria, equipamento público, etc) deve se instalar. Eventualmente algumas linhas de financiamento podem apresentar vantagens para determinados investimentos, mas geralmente com viés setorial e não territorial (exemplo: programas BNDES ProCopa Arenas¹⁵, BNDES ProCopa Turismo¹⁶, Inovagro¹⁷, etc). Os programas possuem condições financeiras próprias e caráter transitório, com uma dotação orçamentária limitada e um prazo de vigência definido. Este caráter pode direcionar recursos do banco à um determinado segmento, mas mantêm a característica do BNDES como sendo de basicamente atender à demandas das empresas que recorrem à ele, e não de planejador. Esta flexibilidade confere ao Banco a possibilidade de beneficiar determinado segmento, o que é uma decisão política repleta de subjetividades.

Uma das características atuais do banco é o direcionamento de vultosos recursos para fora do território nacional. Tais obras possuem características bastante diferenciadas no que diz respeito aos benefícios que representam para o capitalismo brasileiro.

A territorialidade do grande capital nacional se dá por diversas formas, e o ordenamento territorial com fins de incorporação de territórios (através de corredores de exportação, por exemplo) é apenas uma delas. As obras acima citadas contribuem com o fortalecimento das empresas executoras e com a inserção competitiva do capital brasileiro em cenários que extrapolam as fronteiras nacionais. Isto nos ajuda a entender o grande aporte de recursos em empresas que não tem necessariamente ligação com o que poderia

¹⁵ Programa para projetos de construção e reforma das arenas que receberão os jogos da Copa do Mundo de 2014 e de urbanização do seu entorno.

¹⁶ Para a construção, reforma, ampliação e modernização de hotéis, de forma a aumentar a capacidade e qualidade de hospedagem em função da Copa do Mundo de 2014.

¹⁷ Apoiar investimentos necessários à incorporação de inovação tecnológica nas propriedades rurais visando o aumento da produtividade, a adoção de boas práticas agropecuárias e de gestão da propriedade rural e a inserção competitiva dos produtores rurais nos diferentes mercados consumidores.

ser de interesse geopolítico ligado ao ordenamento territorial, como acontece com algumas empresas que foram incentivadas pelo banco para se tornarem “campeãs nacionais”

Em 2007, o BNDES e anunciou que o governo incentivaria a criação de empresas “campeãs nacionais”, inserindo-as no mundo das grandes empresas mundiais através do incentivo à fusões e aquisições. Este programa foi encerrado em 2013 e injetou cerca de R\$ 20 bilhões em algumas empresas - com destaque para os setores de petroquímica, celulose, frigoríficos, siderurgia, suco de laranja e cimento. Empresas como os frigoríficos JBS e Marfrig, a Lácteos Brasil (LBR), a Oi, a OGX e a Fibria receberam vultuosos apoios através do BNDESPar

O frigorífico brasileiro JBS Friboi é a maior empresa de carnes do mundo. Em 2010 esta empresa colocou à venda um pacote de dois milhões de debêntures no valor de R\$ 3,48 bilhões, e a BNDESPar, comprou 99,9% dos papéis. Os demais acionistas - entre eles a família Batista, dona de 59% do grupo JBS, adquiriram 0,05% da emissão. A operação viabilizou o pagamento da última aquisição da companhia nos Estados Unidos: a Pilgrim's Pride Corporation. A entrada Friboi no mercado americano foi mais um passo de uma trajetória internacional que começou em 2005, com a compra da Swift argentina - e que também contou com o apoio do BNDES.

Atualmente o Brasil é o maior exportador de proteína animal do mundo.

Estas ações mostram a territorialidade do grande capital brasileiro no sentido da conquista de mercados. Sem a facilidade financeira conquistada com recursos do BNDES para a atuação de empresas empreiteiras ou frigoríficas brasileiras no exterior, os serviços que estas empresas prestam seriam executados por outras empresas. O BNDES foi uma ferramenta importante sem a qual o capital nacional não conseguiria se expandir com tamanho fôlego. Mas, ao que parece, o BNDES não pode ser considerado um *Think Thank* do planejamento econômico nacional. A atuação do banco parece simplesmente responder às demandas e possibilidades das empresas que o procuram – o que não necessariamente é positivo, uma vez que se tratam de recursos de fundos públicos que deveriam ser investido de forma mais planejada e orientada às necessidades da população.

A mesma conclusão pode ser apontada no que diz respeito às estratégias ligadas a um determinado ordenamento territorial, como no caso das construções ligadas aos transportes -que cumpririam um papel de promover a incorporação de novos territórios à lógica capitalista. Estas obras são responsáveis por colocar novos espaços no circuito de acumulação, imprimindo novas lógicas, entrando em choque com as territorialidades que

atuavam nestes territórios e deflagrando conflitos – a exemplo do que se temia no território indígena e Parque Nacional Isiboro Sécuré – Tipnis, Bolívia, e no caso de Belo Monte.

Existe o debate se o atual momento apresentaria a predominância de características desenvolvimentistas ou neoliberais. Carlos Lessa argumenta que o “atual governo parece procurar uma síntese entre o projeto neoliberal – circunscrito ao domínio da moeda, dos juros e do sistema financeiro – e um neoprojeto nacional desenvolvimentista em matéria de infraestrutura” (Lessa, 2009, 98). Acrescentamos que ao mesmo tempo, existem os argumentos da desindustrialização¹⁸ - que estaria na contra mão do desenvolvimentismo, assim como a crescente presença do Estado na economia estaria na contra mão de um projeto neoliberal de tipo ideal.

A territorialidade do grande capital nacional nos ajuda a entender como tais contradições permitem que as facções de classe consigam colocar em prática seus projetos de poder, e o “mantra” da modernidade e do desenvolvimento são vias retóricas das quais agentes hegemônicos comumente lançam mão.

REFERENCIAS

BNDES. Relatório anual 2010. In:
http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/ra2010/relatorio_anual2010.pdf. Acesso em 22/09/2013.

BECKER, Bertha. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B.; HAESBAERT, R.; SILVEIRA, C. (Org.). Abordagens políticas da espacialidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. p.1-21.

BERNARDO, J., 1991, Economia dos conflitos Sociais. São Paulo: Cortez Ed, p. 155.

BRANDÃO, C. A. . Estratégias hegemônicas e estruturas territoriais: o prisma analítico das escalas espaciais. Bahia Análise & Dados, v. 21, p. 303-313, 2011

_____. Acumulação Primitiva Permanente e Desenvolvimento Capitalista no Brasil Contemporâneo. In: Capitalismo globalizado e recursos territoriais - fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2010.

BRASIL, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011

¹⁸ Até este momento da pesquisa recorreremos somente aos dados nominais sobre a desindustrialização, o que pode ser influenciado por valores flutuantes da economia, como valorização no câmbio. Os próximos passos incluem a busca de informações sobre as séries físicas neste setor, como expansão de bases produtivas e emprego.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Os projetos de infraestrutura apoiados pelo Brasil na América do Sul. 2011. In: http://www.fiesp.com.br/irs/coscex/pdf/transparencias_reuniao_coscex_09_08_11_-_ministro_joao_mendes.pdf

CANO, W. A desindustrialização no Brasil. Texto para Discussão. IE/UNICAMP n. 200, janeiro 2012.

CARNEIRO, R. Impasses do desenvolvimento brasileiro: a questão produtiva. Textos para Discussão, Campinas: IE/UNICAMP, n. 153, nov. 2008. CEPAL.

DUSSEL, H. Europa, modernidad y eurocentrismo”. En: Edgardo Lander (ed.), La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas, 2000, pp. 41-53. Buenos Aires: CLACSO

ESTADÃO. Governo zera imposto de importação do feijão. In: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-brasil,governo-zera-imposto-de-importacao-do-feijao,157424,0.htm>. Acesso em 29/06/2013

HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo, Loyola, 1992.

LAZZARINI, S. G. Capitalismo de laços: os donos do Brasil e suas conexões. SP: Campus, 2011.

LESSA, C. Infraestrutura e logística no Brasil. In: CARDOSO JUNIOR, J. C.

Desafios ao desenvolvimento brasileiro: contribuições do conselho de orientação do Ipea. Brasília: Ipea, 2009.

PORTO-GONCALVES, C. W. ; QUENTAL, P.de A . Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. Polis. Revista Acadêmica de la Universidad Bolivariana de Chile, v. 31, p. 16, 2012.

QUIJANO, A. Colonialidad del Poder y Clasificación Social. In: CASTRO-GÓMES, S.; GROSGOUEL, R. (eds.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

RESTREPO, E.; ROJAS, A. Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos. Popayán: Samava, 2010.

SACK, R. D. Human Territoriality. Cambridge: University Press, 1986

SOUZA, M. L. “Território” da divergência (e da confusão): Em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A . e SPOSITO, E. S. (org). Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular: ENESP. Programa de Pós Graduação em Geografia, 2009, 368 p.

UGAZ, P. Consórcio com Camargo Correa é questionado no Peru. Revista eletrônica Terra Magazine de 06/04/2009. In: <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI3687921EI6578,00Consortio+com+Camargo+Correa+e+questionado+no+Peru.html>. Acesso em 08/09/2010.

VAINER, Carlos B. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, São Carlos: ANPUR, v.9, n.1, p.9-23, maio 2007

VAINER, Carlos, NUTI, Mírian. A integração energética sul